

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 648.857 - RJ (2015/0003469-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MILTAN VALÉRIA CRUZ
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA - DF012409
RODRIGO DE MIRANDA OLIVEIRA - RJ128155
RODRIGO ASSUNÇÃO SALVADO - RJ175896
AGRAVADO : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO
DO BRASIL PREVI
ADVOGADO : FLAVIO MARTINS RODRIGUES - RJ059051
ADVOGADOS : FERNANDA ROSA SILVA MILWARD CARNEIRO - RJ150685
FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ E OUTRO(S) - RJ170756

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 628):

Ementa: Agravos internos nas apelações cíveis. Decisão do relator que negou seguimento aos recursos, fundada em jurisprudência dominante desta Corte. Inteligência do caput do art. 557 do CPC. Embargos à execução. Execução de título extrajudicial fundada em contrato de financiamento imobiliário. Mútuo inadimplido a partir de 30/06/2000. Prazo prescricional de cinco anos. Arts. 2028 e 206, § 5º, I CC/02. Execução ajuizada em 25/05/2012. Prescrição das prestações com vencimentos anteriores a 25/05/2007. Alegações de excesso de execução que devem ser provadas pela parte embargante. Arts. 333, I c/c 739-A, § 5º CPC. Sentença que se mantém. Desprovisionamento dos agravos internos.

Opostos embargos de declaração, esses foram desprovidos (e-STJ, fls. 639-642).

Inicialmente, cumpre destacar que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

Em relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que *"é admitida a incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da admissibilidade do*

apelo nobre" (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial em razão da ausência de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973; incidência das Súmulas 7 do STJ e 284 do STF; e, não demonstração de concreta ofensa aos arts. 189, 474, 206, § 5º, e 2.028 do Código Civil de 2002, 219, § 5º, e 745, V, do Código de Processo Civil de 1973.

Em suas razões, a agravante limitou-se a alegar que prequestionou todos os artigos de lei apontados no recurso especial, defendeu a não incidência da Súmula 284 do STF quanto à negativa de vigência do art. 206, § 5º, I, e 2.028 do Código Civil de 2002 e a inaplicabilidade da Súmula 7 do STJ, deixando de impugnar o fundamento relativo à ausência de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe

24/10/2017.)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

